



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P

Número do Registro: 2021.0000518169

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Execução Penal nº 0002444-48.2021.8.26.0041, da Comarca de São Paulo, em que é agravante KATIA DE FONTES OLIVEIRA, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao agravo em execução. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores CAMILO LÉLLIS (Presidente) E EDISON BRANDÃO.

São Paulo, 29 de junho de 2021.

EUVALDO CHAIB

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P

Voto nº 52887

AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL nº 0002444-48.2021.8.26.0041

Comarca: SÃO PAULO - (Processo nº 0002444-48.2021.8.26.0041)

Juízo de Origem: Unidade Regional de Departamento Estadual de Execu

Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Criminal

Agravante: Katia de Fontes Oliveira

Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Relator

EMENTA

AGRAVO EM EXECUÇÃO – PRISÃO DOMICILIAR – INVOCAÇÃO DOS RISCOS DA PANDEMIA, DA EXISTÊNCIA DE PROLE – AUSÊNCIA DA PROVA DE QUE A REEDUCANDA SEJA A ÚNICA RESPONSÁVEL PELOS FILHOS MENORES OU QUE ESTEJA EM SITUAÇÃO DE RISCO NO CÁRCERE – PEDIDO GENÉRICO – AGRAVO EM EXECUÇÃO DESPROVIDO.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de Agravo em Execução interposto por KÁTIA DE FONTES OLIVEIRA, contra decisão do r. Juízo da DEECRIM UR1 da comarca de SÃO PAULO, *da lavra da eminente Juíza de Direito Dra. Tatiana Saes Valverde Ormeleze*, nos autos da Execução nº 0002444-48.2021.8.26.0041, que indeferiu pedido de prisão domiciliar (fls. 82/84).

A agravante incorreu no art. 155 do Código Penal.

Alega que preenche os requisitos legais para ser transferida para a prisão albergue domiciliar, vez que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P

possui filhos menores de 12 anos e que preenche os pressupostos da Recomendação nº 62/20 do Conselho Nacional de Justiça (fls. 01/07).

Apresentada a contraminuta (fls. 11/14), a r. decisão foi mantida por despacho de fls. 15 manifestando-se o douto Procurador de Justiça Dr. Carlo Fantoni Junior, pelo desprovimento do recurso (fls. 93/95).

É o relatório.

Insta consignar que a suplicante tem pena total de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática de furto qualificado, em continuidade delitiva, com expiração desta somente em 09/02/2026. Portanto, não cumpriu lapso para concessão de benefício, conforme cálculo de liquidação de pena de fls. 52/53 dos autos da execução principal.

Saliente-se ainda que os precedentes estabelecidos no HC 143.641/SP e 165.704/DF não se aplicam ao caso concreto porque a expiada cumpre pena definitiva (certidão de trânsito em julgado às fls. 30 dos autos da execução). E, nessa linha, a prisão domiciliar só é cabível para aqueles em regime aberto, observando-se, ainda, as hipóteses taxativas do art. 117 da LEP.

Lado outro – *e isto é fundamental para o indeferimento da súplica* – inexistente prova de que a expiada é a única responsável pelos quatro filhos, sendo três deles menores de 12 (doze) anos. Portanto, nada indica que a prole está desabrigada ou desamparada, afigurando-se prematura a medida de liberação. A singela invocação da pandemia também não é fundamento, por si só, para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P

soltura, devendo haver mais uma vez prova de que no cárcere está mais exposta do que na via pública. De outra banda, não prova a suplicante sequer estar inserida em grupo de vulneráveis ou a impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra.

Em suma, a decisão é irretocável, uma vez que inexistente prova de risco à prole, tampouco que a substituição seja concretamente adequada e suficiente.

Diante do exposto, pelo meu voto, nega-se provimento ao agravo em execução.

EUVALDO CHAIB

Relator